Despacho n.º 116/SATOP/92

Respeitante ao pedido feito por Deng Junwei, de compra do domínio directo de uma parcela de terreno, com a área de 26,94 m², localizada na Rua de Entre-Campos, em Macau, onde se encontra edificado o prédio com os n.º 8 a 12, para unificação do regime jurídico de terrenos a reaproveitar conjuntamente, (Processo n.º 1 190.1, da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, e Processo n.º 46/92, da Comissão de Terras).

Considerando que:

1. Por requerimento de 4 de Março de 1992, dirigido a S. Ex. o Governador, Deng Junwei, casado com Kam Pak Leng, no regime de separação de bens, residente em Macau, na Rua do Almirante Costa Cabral, n. o 11, edifício Iau Fai, 5. o-D, solicitou autorização para comprar o domínio directo de uma parcela de terreno com a área de 26,94 m², anexada ao terreno onde está construído o prédio com os n. o 8, 10 e 12, da Rua de Entre-Campos, em Macau, descrito sob o n. o 4 453 a fls. 289 do livro B-20, da Conservatória do Registo Predial de Macau e inscrito a seu favor, em regime de propriedade perfeita sob o n. o 112 372 a fls. 3 do livro G-126 da mesma Conservatória.

O requerente alega que pretende uniformizar o regime jurídico dos terrenos, com vista a modificar o seu aproveitamento com a construção de um edifício com sete pisos, destinado a habitação e comércio, em conformidade com o projecto que apresentou na DSSOPT.

- 2. A parcela de terreno, que o requerente pretende comprar, foi concedida pelo Território, em regime de aforamento, em 1951, para avanço do então prédio n.º 12-C, da Rua de Entre-Campos, ao qual ficou anexada, conforme consta do alvará de concessão n.º 52, de 12 de Novembro de 1951, e do averbamento n.º 3 à descrição n.º 4 453, acima referida.
- 3. O Departamento de Solos da DSSOPT, tendo em consideração o parecer favorável emitido sobre o referido projecto, procedeu ao cálculo do preço da venda do domínio directo da parcela em causa, tendo elaborado a minuta do contrato de venda, cujas condições foram aceites pelo requerente, de acordo com o termo de compromisso assinado em 13 de Abril de 1992.
- 4. O processo seguiu a sua tramitação normal, tendo sido enviado à Comissão de Terras que, reunida em sessão de 4 de Junho de 1992, nada objectou relativamente ao deferimento do pedido, deliberando, porém, dar nova redacção à cláusula segunda e cláusula terceira da minuta de contrato, anteriormente acordada.
- 5. Ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 179.º da Lei de Terras, o reaproveitamento conjunto dos terrenos implica a uniformização do seu regime jurídico, o que se alcança com a venda do domínio directo da parcela aforada, conforme é permitido pelo n.º 1 do artigo 30.º da mesma lei.
- 6. Nos termos e para os efeitos previstos no artigo 125.º da Lei n.º 6/80/M, de 5 de Julho, as condições da presente compra foram

notificadas ao requerente e por este expressamente aceites mediante declaração datada de 29 de Agosto de 1992.

Nestes termos, ouvido o Conselho Consultivo;

Em conformidade com as disposições do Título II do Anexo II da Declaração Conjunta Luso-Chinesa;

Ao abrigo do disposto nos artigos 30.º, n.º 1, e 43.º da Lei n.º 6/80/M, de 5 de Julho, e no uso da delegação de competências, conferida pela Portaria n.º 85/91/M, de 20 de Maio, defiro o pedido em epígrafe, devendo a escritura do contrato de compra e venda ser outorgada de acordo com o estipulado no presente despacho:

Cláusula primeira — Objecto do contrato

- 1. O primeiro outorgante vende, com dispensa de hasta pública, ao segundo outorgante que aceita, o domínio directo da parcela de terreno com a área de 26,94 m², arredondada para 27 m² (vinte e sete) metros quadrados, localizada na Rua de Entre-Campos, onde se encontra edificado o prédio n.º 8, 10 e 12, assinalada com a letra «B», na planta n.º 3 058/90, emitida em 18 de Março de 1992, pela DSCC, e que faz parte integrante deste contrato.
- 2. A venda, mencionada no número anterior, destina-se a unificar o regime jurídico do terreno, a que se refere a descrição n.º 4 453 a fls. 289 do livro B-20, que integra, além daquela parcela, uma outra com 250 m² em propriedade perfeita.
- 3. A descrição acima referida encontra-se inscrita a favor do segundo outorgante, com o n.º 112 372 a fls. 3 do livro G-126.

Cláusula segunda — Preço de venda e condições de pagamento

O preço de venda da parcela é de \$ 220 528,00 (duzentas e vinte mil, quinhentas e vinte e oito) patacas, pago integralmente, de uma só vez, antes da celebração da escritura de contrato ou até trinta dias após a publicação no *Boletim Oficial* do despacho que autorize a celebração do contrato.

Cláusula terceira — Regime de venda

A venda é resolúvel se, decorridos três anos sobre a data da celebração do contrato de compra e venda, o segundo outorgante não fizer prova do aproveitamento do terreno adquirido.

Cláusula quarta — Foro competente

Para efeitos de resolução de qualquer litígio emergente do presente contrato, o foro competente será o do Tribunal da Comarca de Macau.

Cláusula quinta — Legislação aplicável

Nos casos omissos, o presente contrato reger-se-á pela Lei n.º 6/80/M, de 5 de Julho, e demais legislação aplicável.

Gabinete do Secretário-Adjunto para os Transportes e Obras Públicas, em Macau, aos 3 de Setembro de 1992. — O Secretário-Adjunto, *José Manuel Machado*.

